

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

O objetivo deste estudo é viabilizar o **credenciamento de empresas especializadas para o fornecimento de vagas em clínicas psiquiátricas para internação integral**, destinadas ao atendimento de pacientes adultos com transtornos mentais graves e persistentes. O atendimento visa suprir a demanda da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), o cumprimento de determinações judiciais e as demandas estabelecidas pela Lei Municipal nº 7.839/2025, observando rigorosamente as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e as Portarias GM/MS nº 3.588/2017 e nº 10.216/2001.

**Área requisitante da contratação: Diretoria de Atenção à Saúde / SMS**

### I – INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1. Equipe de Planejamento

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	E-MAIL
Michelly Fernanda Fachin	Enfermeira	2319301	Michelly.fachin@itajai.sc.gov.br
Adrieli Corrêa Szykaruk	Responsável pela Integração em Saúde Mental	2161601	saudemental@itajai.sc.gov.br
Alessandra Pavoni Nassar	Diretora de Atenção à Saúde	2263405	das.sms@itajai.sc.gov.br

### II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

#### 2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A presente contratação visa garantir a oferta contínua e regulada de vagas em clínicas psiquiátricas para internação integral, destinadas ao atendimento de pacientes adultos com transtornos mentais graves e persistentes. A demanda decorre das necessidades permanentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), do aumento das determinações judiciais urgentes e das diretrizes estabelecidas pela Lei Municipal nº 7.839/2025.

A necessidade justifica-se pela insuficiência da estrutura atualmente disponível na rede municipal para absorção integral da demanda de internações psiquiátricas, especialmente diante do aumento expressivo de encaminhamentos judiciais com prazos de cumprimento de até 48 horas, situação que exige resposta imediata da Administração Pública, sob risco de desassistência, agravamento clínico dos pacientes e aplicação de multas coercitivas.

Atualmente, o Município não dispõe de unidade própria de internação psiquiátrica integral, sendo que os serviços da Rede de Atenção Psicossocial possuem atuação territorial e

ambulatorial, não contemplando leitos integrais para internações prolongadas de maior complexidade. A contratação pretendida busca suprir essa necessidade assistencial de forma complementar à rede municipal existente.

A opção pelo credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza do serviço e pela necessidade de manutenção de rede múltipla de prestadores aptos ao atendimento imediato das demandas reguladas e judiciais. Diferentemente da contratação de único prestador, o credenciamento permite maior disponibilidade de vagas, redução do risco de descontinuidade do serviço e melhor adequação clínica e territorial do paciente.

O limite geográfico de até 40 km foi estabelecido considerando critérios relacionados à logística do transporte sanitário, ao tempo de deslocamento das equipes e familiares, à preservação do vínculo terapêutico e familiar, à continuidade do acompanhamento pela rede municipal de saúde mental e à necessidade de rápida resposta operacional nos casos regulados judicialmente.

Ressalta-se que a necessidade assistencial possui caráter contínuo e permanente no âmbito da política pública de saúde mental. Contudo, o modelo de credenciamento ora proposto possui caráter complementar e transitório, sendo adotado enquanto o Município realiza estudos técnicos e planejamento administrativo voltados à futura implantação de serviço próprio, conforme Portaria nº 016/2025/SMS.

### **3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

A contratação está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Itajaí. O objeto é classificado como serviço de natureza contínua, uma vez que a interrupção do atendimento psiquiátrico hospitalar coloca em risco a vida dos usuários e a segurança pública, sendo essencial para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

### **4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

4.1 Atender a todas as solicitações encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde durante a vigência contratual, observados os quantitativos estimados e a disponibilidade operacional da instituição credenciada;

4.2 Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela legislação vigente, pelas diretrizes da política pública de saúde mental e pelas condições fixadas no Termo de Referência e contrato;

4.3 Responsabilizar-se pela adequada execução e eficiência dos serviços prestados, observando as normas sanitárias, assistenciais e de segurança aplicáveis;

4.4 Manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade sanitária e demais requisitos exigidos no processo de credenciamento;

4.5 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração Pública, aos usuários ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus profissionais, prepostos ou

prestadores vinculados à execução contratual;

4.6 Responsabilizar-se integralmente pelas despesas decorrentes da execução contratual, inclusive trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, civis e demais encargos relacionados à prestação dos serviços;

4.7 Manter endereço eletrônico e demais canais de comunicação atualizados para contato permanente com a contratante durante toda a vigência contratual;

4.8 Ofertar atendimento especializado por equipe multiprofissional compatível com o porte e complexidade do serviço, observadas as exigências da RDC nº 29/2011 da ANVISA e demais normas aplicáveis;

4.9 Elaborar Projeto Terapêutico Singular (PTS), considerando as necessidades clínicas, psicossociais e terapêuticas individualizadas de cada paciente;

4.10 Disponibilizar regime de internação integral em funcionamento ininterrupto, assegurando acompanhamento assistencial 24 horas por dia;

4.11 Garantir cobertura contínua de equipe de enfermagem e/ou cuidadores, bem como demais profissionais necessários à adequada assistência terapêutica e clínica dos pacientes;

4.12 Disponibilizar estrutura adequada de acolhimento, incluindo alimentação diária, itens básicos de higiene pessoal, condições sanitárias compatíveis e ambiente adequado ao atendimento humanizado;

4.13 Garantir atendimento humanizado, em conformidade com a Política Nacional de Humanização do SUS, Lei nº 10.216/2001, direitos humanos e demais normativas aplicáveis à política pública de saúde mental;

4.14 Garantir, sempre que clinicamente possível e observados os protocolos assistenciais da instituição, o direito de comunicação do paciente com familiares e responsáveis, bem como condições adequadas para realização de visitas e preservação do vínculo familiar e terapêutico;

4.15 Realizar acompanhamento multiprofissional contínuo, considerando a ocorrência de comorbidades psiquiátricas e clínicas associadas;

4.16 Fornecer os medicamentos padronizados, exames laboratoriais de rotina, assistência multiprofissional e demais procedimentos ordinários necessários ao tratamento durante o período de internação, incluídos no valor da diária contratada;

4.17 Procedimentos de alta complexidade, exames especializados excepcionais ou medicamentos de custo extraordinário poderão ser previamente avaliados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante justificativa técnica e clínica devidamente fundamentada;

4.18 Realizar exames complementares e avaliações clínicas necessárias ao acompanhamento terapêutico do paciente durante o acolhimento;

4.19 Disponibilizar assistência médica, psiquiátrica e de outras especialidades correlatas sempre que necessário ao adequado tratamento do paciente;

4.20 Promover troca permanente de informações entre a equipe da clínica e a Coordenação da Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde;

4.21 Disponibilizar todos os atendimentos terapêuticos previstos no Projeto Terapêutico Singular do paciente;

4.22 Promover orientação multiprofissional aos familiares e/ou responsáveis, comunicando imediatamente à Coordenação de Saúde Mental e à família eventual ocorrência relevante, incluindo fuga, evasão, agravamento clínico ou outras intercorrências;

4.23 Promover, quando necessário, a remoção adequada do paciente em casos de intercorrências clínicas ou psiquiátricas;

4.24 Emitir relatórios assistenciais mensais contendo evolução clínica, adesão terapêutica,

intercorrências, medicações utilizadas e demais informações pertinentes ao acompanhamento do tratamento, encaminhando-os à Coordenação da Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde;

4.25 Fornecer relatórios complementares e informações adicionais sempre que solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as normas de sigilo e ética profissional;

4.26 O período de acolhimento deverá corresponder ao tempo estritamente necessário à evolução terapêutica do paciente, conforme avaliação periódica da equipe médica e multiprofissional responsável, observadas as diretrizes da Lei nº 10.216/2001 e da política pública de saúde mental;

4.27 Prestar diretamente os serviços assistenciais relacionados ao atendimento terapêutico e psiquiátrico, vedada a terceirização da atividade-fim da contratação. Poderão ser executados por terceiros, sob integral responsabilidade da instituição credenciada, serviços auxiliares ou complementares, tais como exames laboratoriais, serviços de imagem, lavanderia, alimentação e demais procedimentos subsidiários inerentes à terapêutica adotada;

4.28 A instituição deverá permanecer em conformidade com a RDC nº 29/2011 da ANVISA, bem como demais normas sanitárias e regulatórias aplicáveis;

4.29 Em nenhuma hipótese poderá a contratada cobrar diretamente do paciente, familiares ou responsáveis qualquer valor relacionado aos serviços prestados no âmbito da contratação, sendo vedada qualquer forma de complementação financeira;

4.30 É vedado à contratada interromper, suspender ou abandonar a prestação dos serviços sem prévia autorização da Administração Pública e adoção das medidas assistenciais necessárias à segurança do paciente;

4.31 Apresentar autorização de funcionamento, alvará sanitário vigente e demais licenças exigidas pelos órgãos competentes;

4.32 Apresentar relação atualizada dos profissionais integrantes da equipe técnica, acompanhada dos respectivos registros nos conselhos profissionais competentes.

## **5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A definição do quantitativo estimado para a presente contratação baseia-se na necessidade de garantir atendimento contínuo às demandas da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), especialmente diante do aumento progressivo de encaminhamentos para internação psiquiátrica integral, do cumprimento de determinações judiciais urgentes e das demandas decorrentes da Lei Municipal nº 7.839/2025.

Considerando que o Município não dispõe atualmente de unidade própria de internação psiquiátrica integral, o credenciamento de instituições especializadas mostra-se necessário para assegurar resposta assistencial adequada, contínua e compatível com as necessidades clínicas dos pacientes encaminhados pela rede municipal de saúde.

O quantitativo estimado foi elaborado com base na projeção de utilização máxima dos serviços durante o período de 12 (doze) meses, observando critérios assistenciais, operacionais e administrativos relacionados à continuidade do cuidado em saúde mental.

### 5.1 Memória de Cálculo

A unidade de medida adotada será a diária de internação psiquiátrica integral, considerando que o pagamento ocorrerá exclusivamente pelos serviços efetivamente executados e utilizados, conforme encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Para fins de estimativa anual de consumo, foi considerada a seguinte projeção anual:

- Capacidade operacional estimada: até 60 vagas simultaneamente disponíveis entre os prestadores credenciados;
- Período estimado: 365 dias;
- Memória de cálculo: 60 vagas x 365 dias = 21.900 diárias estimadas/ano.

### 5.2 Justificativa do Quantitativo

- Dados históricos e demanda assistencial: Levantamentos realizados pela regulação municipal e pela Rede de Atenção Psicossocial demonstram crescimento progressivo da demanda por internações psiquiátricas integrais, especialmente em situações de crise aguda, risco psicossocial e necessidade de proteção integral do paciente.
- Demandas judiciais e urgência assistencial: Verifica-se aumento recorrente de determinações judiciais para internação psiquiátrica com prazos reduzidos para cumprimento, frequentemente inferiores a 48 horas, exigindo da Administração Pública disponibilidade operacional suficiente para atendimento imediato das demandas encaminhadas.
- Adequação à Lei Municipal nº 7.839/2025: Considerando tratar-se de legislação recente e ainda sem série histórica consolidada suficiente para projeção estatística precisa de impacto assistencial, o quantitativo estimado também contempla margem operacional destinada à absorção inicial das demandas decorrentes da implementação da referida política pública.
- Limite estimativo de utilização: O quantitativo estimado de 21.900 diárias anuais representa apenas limite máximo projetado de utilização dos serviços durante a vigência contratual, vinculado exclusivamente às demandas efetivamente encaminhadas e autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, não caracterizando garantia mínima de ocupação, reserva permanente de leitos ou pagamento por capacidade ociosa.
- Interdependências e economia de escala: A adoção do credenciamento permite a utilização simultânea de múltiplos prestadores habilitados, proporcionando maior disponibilidade assistencial, redução do risco de descontinuidade do serviço, agilidade nos encaminhamentos regulados e judiciais, padronização do valor de referência da diária e racionalização dos custos administrativos relacionados às internações psiquiátricas integrais.

### 5.3 Observação sobre a Complementariedade da Contratação

Ressalta-se que a presente contratação possui caráter complementar à Rede de Atenção Psicossocial do Município de Itajaí, sendo necessária diante da insuficiência atual de estrutura própria para internação psiquiátrica integral. A demanda assistencial possui natureza contínua, enquanto o modelo de credenciamento adotado constitui medida administrativa

necessária para assegurar continuidade do atendimento e cumprimento das obrigações assistenciais e judiciais atualmente existentes.

### **III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES**

**6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

O levantamento mercadológico identificou as alternativas possíveis para atendimento da demanda por internação psiquiátrica integral de pacientes encaminhados pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), incluindo demandas assistenciais espontâneas, reguladas e decorrentes de determinações judiciais.

A análise considerou não apenas aspectos econômicos, mas também fatores relacionados à continuidade do cuidado, disponibilidade imediata de leitos, segurança assistencial, territorialização da atenção em saúde mental e viabilidade operacional da rede municipal.

#### **6.1 Alternativas Analisadas**

##### **6.1.1 Execução Direta pela Rede Própria**

Atualmente inviável a curto prazo. Embora o Município tenha iniciado estudos técnicos para futura implantação de serviço próprio, conforme Portaria nº 016/2025/SMS, a implementação de unidade especializada demanda elevado investimento estrutural, aquisição de equipamentos, habilitações sanitárias específicas e formação de equipe multiprofissional especializada, não sendo capaz de suprir imediatamente a demanda existente, especialmente diante das determinações judiciais com prazos reduzidos para cumprimento.

##### **6.1.2 Ampliação Exclusiva da Rede Territorial de Atenção Psicossocial**

Foi considerada a utilização exclusiva dos serviços já existentes na Rede de Atenção Psicossocial, incluindo CAPS e demais estruturas territoriais. Contudo, tais serviços possuem caráter prioritariamente ambulatorial, comunitário e territorial, não dispendo de estrutura de internação psiquiátrica integral contínua para casos de maior gravidade clínica, risco social ou necessidade de contenção terapêutica em ambiente protegido, mostrando-se insuficientes para absorção integral da demanda atualmente existente.

##### **6.1.3 Licitação por Pregão Eletrônico**

A modalidade mostra-se inadequada para o objeto pretendido, considerando que a seleção de único prestador ou quantitativo reduzido de contratados pode comprometer a disponibilidade contínua de vagas e gerar risco de desassistência em situações emergenciais ou judiciais. Além disso, eventual esgotamento operacional do prestador contratado poderia comprometer a continuidade do atendimento e dificultar a adequada distribuição territorial dos pacientes.

##### **6.1.4 Credenciamento de Clínicas Especializadas (art. 79 da Lei nº 14.133/2021)**

O credenciamento foi identificado como solução mais adequada, por permitir a contratação simultânea de múltiplos prestadores habilitados que atendam às exigências técnicas, sanitárias e assistenciais estabelecidas pela Administração Pública, assegurando maior disponibilidade operacional de vagas e continuidade do atendimento.



## **6.2 Justificativa Técnica e Econômica da Escolha**

### **6.2.1 Pluralidade de Prestadores**

A possibilidade de múltiplos credenciados reduz o risco de descontinuidade assistencial, permitindo que o Município encaminhe pacientes conforme disponibilidade imediata de vagas, perfil clínico e necessidade terapêutica específica.

### **6.2.2 Continuidade e Segurança Assistencial**

O modelo adotado proporciona maior agilidade no cumprimento de decisões judiciais e encaminhamentos regulados, especialmente em situações de urgência psiquiátrica que exigem internação imediata em ambiente protegido.

### **6.2.3 Territorialização e Vinculação Familiar**

A delimitação geográfica de até 40 km busca preservar a proximidade familiar, facilitar o acompanhamento terapêutico pela rede municipal de saúde mental, reduzir impactos relacionados ao deslocamento sanitário e garantir maior viabilidade operacional no acompanhamento dos pacientes internados.

### **6.2.4 Existência de Prestadores na Região**

O levantamento mercadológico identificou a existência de instituições aptas à prestação dos serviços dentro do limite territorial estabelecido, demonstrando viabilidade prática da restrição geográfica adotada.

### **6.2.5 Padronização e Previsibilidade de Custos**

A Administração Pública estabelecerá valor de referência da diária com base em pesquisa de mercado realizada conforme os parâmetros da Lei nº 14.133/2021, considerando consultas a prestadores da região, contratações similares realizadas por outros entes públicos, valores praticados no mercado especializado e demais referenciais admitidos pela legislação vigente.

### **6.2.6 Economicidade e Sustentabilidade da Contratação**

O modelo de pagamento por diária efetivamente utilizada evita custos relacionados à ociosidade operacional e permite maior controle da despesa pública, assegurando equilíbrio entre economicidade, continuidade assistencial e sustentabilidade da contratação.

### **6.2.7 Eficiência Administrativa**

O credenciamento permanece aberto durante sua vigência para ingresso de novos interessados que atendam aos requisitos técnicos e sanitários, permitindo ampliação gradual da rede credenciada sem necessidade de instauração de novos processos licitatórios.

## **6.3 Conclusão do Levantamento Mercadológico**

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que o credenciamento de clínicas psiquiátricas para internação integral representa a solução mais adequada e eficiente para atendimento da demanda municipal, observados os princípios da continuidade do serviço público, eficiência administrativa, economicidade, segurança assistencial e interesse público.

A solução mostra-se necessária para garantir atendimento imediato e contínuo às demandas da Rede de Atenção Psicossocial e às determinações judiciais vigentes, constituindo medida

complementar à estrutura atualmente existente no Município de Itajaí, enquanto prosseguem os estudos técnicos e administrativos para futura implantação de serviço próprio.

#### **7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

O valor estimado para a presente contratação foi definido com base em pesquisa de preços de mercado e valores praticados em contratações similares, adotando-se o modelo de remuneração por diária.

- Valor unitário estimado da diária: R\$ 444,44.
- Quantitativo: 21.900 diárias/ano.
- Valor Total Estimado: R\$ 9.733.236,00 (nove milhões setecentos e trinta e três mil duzentos e trinta e seis reais).

A estimativa considera todos os custos diretos e indiretos, incluindo equipe multidisciplinar, alimentação (mínimo de 6 refeições), medicamentos, higiene, hotelaria e exames, não cabendo qualquer ônus adicional ao Município ou ao usuário.

### **IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

#### **8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A solução escolhida é o Credenciamento de empresas especializadas, fundamentado nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021. Esta modalidade permite que a Administração convoque todos os interessados que aceitem as condições e preços fixados, garantindo uma rede de atendimento ampla e pronta para uso.

##### **8.1 Justificativa Técnica da Solução Escolhida**

Do ponto de vista técnico-assistencial, o credenciamento apresenta-se como a solução mais adequada, pois:

- Possibilita resposta imediata às demandas judiciais e assistenciais urgentes;
- Amplia a rede de prestadores disponíveis, reduzindo drasticamente o risco de desassistência;
- Permite a continuidade do cuidado, evitando a rotatividade de pacientes entre instituições por fins meramente contratuais;
- Respeita o princípio da territorialidade, priorizando clínicas em raio de até 40km, o que facilita o acompanhamento da rede municipal e o contato familiar;
- Favorece o vínculo terapêutico, elemento central no tratamento de transtornos mentais graves e persistentes.

##### **8.2 Justificativa Econômica da Solução Escolhida**

Sob o aspecto econômico, o credenciamento demonstra-se vantajoso, uma vez que:

- Elimina a necessidade de sucessivos processos licitatórios ou contratações emergenciais isoladas;
- Adota o sistema de pagamento por "diária", permitindo o desembolso apenas pelas vagas efetivamente utilizadas (ocupação real);
- Reduz custos indiretos decorrentes de deslocamentos longos e multas por descumprimento de prazos judiciais;



- Proporciona maior previsibilidade orçamentária ao fixar um valor de referência isonômico;
- Evita, neste momento, investimentos imediatos vultosos em infraestrutura física e pessoal próprio, enquanto os estudos de viabilidade da rede municipal (Portaria 016/2025) são concluídos.

### **8.3 Conclusão do Levantamento Mercadológico**

Diante do exposto, conclui-se que o credenciamento de clínicas para internação integral em psiquiatria é a alternativa que melhor atende aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público. A solução mostra-se a mais viável e adequada no período de transição, garantindo a oferta imediata de leitos para demandas reguladas e judiciais, enquanto o Município de Itajaí avança no planejamento para a implantação de serviço próprio.

### **9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A presente contratação admite execução parcelada, considerando a natureza do procedimento de credenciamento previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o qual possibilita a habilitação simultânea de múltiplos prestadores aptos à execução do objeto.

O parcelamento da execução contratual mostra-se técnica e operacionalmente adequado, pois permite que os encaminhamentos sejam realizados conforme disponibilidade de vagas, perfil clínico do paciente, localização da instituição e necessidade assistencial apresentada no momento da regulação.

A adoção do credenciamento com múltiplos prestadores contribui para ampliação da competitividade, maior disponibilidade de leitos, redução do risco de descontinuidade do serviço e maior eficiência no cumprimento das demandas judiciais e assistenciais urgentes.

Além disso, considerando que a remuneração ocorrerá por diária efetivamente utilizada, o modelo permite maior racionalização da despesa pública, evitando custos relacionados à ociosidade operacional e assegurando maior economicidade à contratação.

A manutenção do objeto em item único mostra-se tecnicamente adequada, considerando a padronização da solução assistencial pretendida, a equivalência dos serviços exigidos entre os prestadores e a própria natureza do credenciamento, que já permite execução simultânea por múltiplas instituições, sem prejuízo à competitividade, à fiscalização contratual ou à adequada prestação dos serviços.

### **10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Não se aplica pois não há vinculação ou dependência deste objeto com qualquer contratação.

### **11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A adoção do credenciamento de clínicas com vagas de psiquiatria adulto tem como resultados pretendidos a promoção da economicidade, da eficiência administrativa e do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis no Município, conforme exposto a seguir:

- a) Economicidade
  - pagamento restrito às vagas efetivamente utilizadas, evitando custos fixos elevados;
  - redução de despesas decorrentes de contratações emergenciais e judicializações;
  - diminuição de custos indiretos relacionados a remoções prolongadas e deslocamentos excessivos;
  - maior previsibilidade orçamentária e controle dos gastos públicos.
- b) Melhor aproveitamento dos recursos humanos
  - racionalização do uso das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, reduzindo a necessidade de gestão contínua de múltiplos processos licitatórios;
  - otimização do trabalho das equipes da RAPS, que poderão concentrar-se no acompanhamento clínico e na regulação das vagas;
  - fortalecimento do vínculo terapêutico entre usuários e equipes assistenciais, contribuindo para melhores desfechos clínicos.
- c) Melhor aproveitamento dos recursos materiais
  - utilização da infraestrutura já existente nas clínicas credenciadas, sem necessidade de investimentos imediatos em obras, equipamentos ou licenciamento;
  - ampliação da capacidade de atendimento por meio da rede privada complementar, sem sobrecarga das estruturas municipais.
- d) Melhor aproveitamento dos recursos financeiros
  - eliminação de custos iniciais elevados para implantação de serviço próprio no curto prazo;
  - redução de riscos financeiros associados à descontinuidade contratual;
  - possibilidade de planejamento financeiro gradual para futura implantação de serviço próprio, de forma sustentável.
- e) Resultados assistenciais e institucionais
  - garantia de atendimento contínuo e tempestivo, inclusive para cumprimento de determinações judiciais;
  - ampliação da oferta de vagas, com maior flexibilidade e agilidade na gestão da demanda;
  - melhoria da qualidade do cuidado prestado aos usuários da Rede de Atenção Psicossocial.

Dessa forma, o credenciamento apresenta-se como solução que assegura uso racional dos recursos públicos, eficiência na gestão e melhor atendimento às necessidades assistenciais, atendendo plenamente aos objetivos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

## **12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Previamente à formalização dos contratos decorrentes do credenciamento, a Administração Pública deverá adotar medidas administrativas e operacionais necessárias para garantir a adequada execução dos serviços e o regular funcionamento dos fluxos assistenciais relacionados à internação psiquiátrica integral.

Dentre as principais providências, destacam-se:

- i. Designação formal de gestores e fiscais do contrato, responsáveis pelo acompanhamento administrativo, técnico e assistencial da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- ii. Organização dos fluxos internos de encaminhamento, regulação, autorização de internações, acompanhamento terapêutico e comunicação entre a Secretaria Municipal de Saúde e as instituições credenciadas;
- iii. Estruturação dos mecanismos de controle e monitoramento da execução contratual, incluindo recebimento e análise de relatórios assistenciais, controle de diárias utilizadas, acompanhamento de vagas e fiscalização dos serviços prestados;
- iv. Definição dos procedimentos administrativos relacionados ao encaminhamento de demandas judiciais urgentes, observando os fluxos da Rede de Atenção Psicossocial e os prazos estabelecidos pelas decisões judiciais;
- v. Disponibilização de equipe técnica responsável pelo acompanhamento da execução contratual e interlocução com as instituições credenciadas;
- vi. Verificação da disponibilidade orçamentária necessária para suporte da execução contratual durante a vigência da contratação;
- vii. Organização dos procedimentos de auditoria, fiscalização sanitária e acompanhamento da regularidade documental das instituições credenciadas;
- viii. Capacitação e orientação dos servidores envolvidos nos fluxos administrativos e assistenciais relacionados à execução do credenciamento;
- ix. Implementação de rotinas de acompanhamento dos usuários internados, visando garantir continuidade do cuidado, articulação com a Rede de Atenção Psicossocial e adequada transição assistencial após alta terapêutica.
- x. As providências acima visam assegurar a adequada execução contratual, a continuidade da assistência em saúde mental e o regular atendimento das demandas encaminhadas pela Rede de Atenção Psicossocial do Município de Itajaí.

## **13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A contratação por meio de credenciamento de clínicas especializadas em psiquiatria adulto não implica, de forma direta, a realização de obras, reformas estruturais ou ampliação física de instalações por parte da Administração Pública, tratando-se da utilização de estruturas já existentes e devidamente licenciadas. Dessa forma, os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados reduzidos ou de baixo impacto.

Conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são mínimos e controláveis, sendo adequadamente mitigados por meio da exigência de conformidade ambiental, sanitária e regulatória das clínicas credenciadas. Assim, o credenciamento mostra-se compatível com

os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade ambiental previstos na legislação vigente.

#### **14. Responsáveis pela Elaboração do ETP**

<b>INTEGRANTE TÉCNICO</b>
<hr/> <p>Adrieli Corrêa Szykaruk <b>Matrícula: 2161601</b></p>

<b>INTEGRANTE TÉCNICO</b>
<hr/> <p>Michelly Fernanda Fachin <b>Matrícula: 2319301</b></p>

<b>INTEGRANTE TÉCNICO</b>
<hr/> <p>Alessandra Pavoni Nassar <b>Matrícula: 2263405</b></p>

#### **15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Após a análise da demanda, das alternativas disponíveis, dos aspectos técnicos, econômicos, administrativos e assistenciais, conclui-se que a contratação por meio de credenciamento de clínicas com vagas de psiquiatria adulto se mostra plenamente adequada, necessária e proporcional para o atendimento da necessidade a que se destina.

O credenciamento revela-se a solução mais eficiente para garantir a oferta contínua, regulada e tempestiva de vagas, especialmente diante do aumento das demandas judiciais com prazos exíguos, da insuficiência da estrutura municipal própria e da necessidade de assegurar

continuidade do cuidado aos usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), neste momento. Além disso, a modalidade escolhida:

- assegura maior flexibilidade e agilidade administrativa;
- amplia a rede de prestadores disponíveis;
- reduz riscos de descontinuidade do serviço;
- promove economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos;
- preserva o vínculo terapêutico e a qualidade da assistência prestada.

Ressalta-se que a contratação por credenciamento possui caráter transitório e complementar, sendo adotada enquanto o Município se organiza e planeja a implantação de serviços próprios, em consonância com as diretrizes da política pública de saúde mental.

**Itajaí, maio de 2026.**

---

**Mylene Martins Lavado**  
Secretária Municipal de Saúde